

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): REFLEXÕES SOB A PERSPECTIVA DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL

BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: REFLECTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF DEPENDENT CAPITALISM IN BRAZIL

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): REFLEXIONES DESDE LA PERSPECTIVA DEL CAPITALISMO DEPENDIENTE EN BRASIL

Ana Carolina Vidigal¹
Elysandra Olimpia Ricardo²

Resumo

O presente artigo analisa o Programa Bolsa Família (PBF) sob a perspectiva do capitalismo dependente. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, embasada, principalmente, na obra de Fernandes (2008). Este trabalho está organizado em três seções: inicialmente, abordam-se o capitalismo dependente e as classes sociais; na sequência, apresenta-se o Programa Bolsa Família; por fim, discute-se a relação entre o programa e a mobilidade social. Apesar dos avanços na saúde, educação e renda, os resultados apontaram inúmeros desafios a serem superados pelo programa, como, por exemplo, promover maior autonomia familiar e qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chave: capitalismo dependente; política social; Programa Bolsa Família.

Abstract

This article analyzes the Bolsa Família Program (PBF) from the perspective of dependent capitalism. Regarding the methodology, this is bibliographic research, based mainly on the work of Fernandes (2008). The paper is organized in three sections: initially, dependent capitalism and social classes are addressed; then, the Bolsa Família Program is presented; and finally, the relationship between the program and social mobility in dependent capitalism is discussed. Despite advances in health, education, and income, the results pointed to numerous challenges to be overcome by the program, such as, for example, promoting greater family autonomy and quality of services provided.

Keywords: dependent capitalism; social policy; Bolsa Família Program.

Resumen

Este artículo analiza el Programa Bolsa Familia (PBF) desde la perspectiva del capitalismo dependiente. En cuanto a la metodología, se trata de una investigación bibliográfica, basada principalmente en el trabajo de Fernandes (2008). El trabajo se organiza en tres partes: inicialmente, se trata el capitalismo dependiente y las clases sociales; a continuación, se presenta el Programa Bolsa Familia; luego se discute la relación entre el programa y la movilidad social. A pesar de los adelantos en términos de salud, educación e ingresos, los resultados indicaron que aún existen numerosos retos por superar, como, por ejemplo, la autonomía de las familias y la calidad de los servicios prestados.

Palabras-clave: capitalismo dependiente; política social; Programa Bolsa Familia.

1 Introdução

¹Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: ana.vi@uninter.com.

²Graduanda no curso de Serviço Social do Centro Universitário Internacional - PR. E-mail: elysolimpia@gmail.com.

Este trabalho integra o projeto de pesquisa intitulado *Capitalismo Dependente*, vinculado ao Centro Universitário Uninter. A investigação é relevante para a área, pois possibilita um debate sobre as políticas sociais no contexto do capitalismo dependente, bem como a relação entre mobilidade de classes e programas de transferência de renda.

O objetivo geral do estudo é analisar o Programa Bolsa Família sob a perspectiva do capitalismo dependente. Ressalta-se que o programa se propõe a superar a extrema pobreza e promover autonomia financeira para as famílias, além de reduzir a evasão escolar e melhorar as condições de saúde, através das condicionalidades.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que, segundo Boccato (2006, p. 266), “[...] busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Destarte, buscou-se sistematizar trabalhos de autores que discutem e problematizam o PBF, do ponto de vista da garantia de direitos.

O presente trabalho está organizado em três seções: a primeira apresenta algumas reflexões sobre o capitalismo dependente e as relações de classe; na sequência, discorre-se sobre o PBF; por fim, discute-se sobre o PBF e a mobilidade de classes sociais no capitalismo dependente.

2 Capitalismo dependente no Brasil

Para o sociólogo Florestan Fernandes, a discussão sobre o capitalismo dependente no Brasil permeia a busca pela compreensão sobre o subdesenvolvimento dos países da América Latina. O autor nega explicações sobre o capitalismo brasileiro sob a perspectiva de atraso, ou vinculado a processos sociais específicos como a urbanização ou industrialização. Também não concorda com a possibilidade de superação da condição de subdesenvolvimento a partir, apenas, do crescimento econômico; contudo, analisa o capitalismo a partir das especificidades da dependência dos países da América Latina.

Segundo Cardoso (1995, p. 1), Florestan “formula o conceito de capitalismo dependente, pensado enquanto “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas ‘nacionais’ e ‘estrangeiras’ do capital financeiro)”. Neste sentido, aborda o capitalismo em uma das fases do seu desenvolvimento: o capitalismo monopolista.

Para analisar o desenvolvimento do capitalismo da América Latina, não basta afastar o modelo "clássico" ou "normal", pois, na dinâmica do capitalismo dependente, existem outras

implicações que tornam os países latino-americanos "[...] submetidos a uma dominação neocolonial ou imperialista", em que sua forma de organização e evolução está nas raízes da crise do antigo sistema colonial (FERNANDES, 2009, p. 53).

A transição neocolonial durou meio século, coincidindo com a consolidação do capitalismo industrial na Europa. Tal processo se concentrou em torno do comércio de "exportação-importação e modernização cultural" rapidamente, com a transição de controles coloniais de países como Espanha, Portugal, Holanda para Inglaterra, França, entre outros — o que mudou as relações de economia interna e mundial. Assim, “[...] a transformação de mercado, primeiro, do sistema de produção, em seguida, operou-se graças aos efeitos acumulativos de um novo padrão de incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das nações hegemônicas da Europa” (FERNANDES, 2008, p. 55).

Para Florestan Fernandes (2008), as ocorrências históricas por trás das realidades estruturais devem ser "devidamente ponderadas", para se compreender as formações de estratos sociais no fenômeno da difusão do capitalismo nos países da América Latina. Para o autor, a condição predominante nas sociedades latino-americanas, que dá luz ao emprego de classe social, corresponde ao tipo de capitalismo por ele designado como "capitalismo selvagem"; ocorre a partir do dinamismo da sociedade de classes em que esse capitalismo se torna possível, pela sua estrutura, formação histórica e pelos processos de formação e evolução da ordem social competitiva no capitalismo dependente.

Deste modo, Florestan não formula uma teoria da dependência, mas, segundo Cardoso (1995), o autor busca contribuir com a teoria do desenvolvimento capitalista. Um ponto fundamental na discussão proposta pelo autor foi sua atenção para o sistema de classes sociais, que dinamizam esse desenvolvimento; não concebe, também, a dependência propriamente entre nações, porque, para ele, o Estado-Nação, não aparece nela como agente histórico, embora seja uma instância importante na análise.

A história é feita coletivamente pelos homens e, sob o capitalismo, através de conflitos de classe de alcance local, regional, nacional e mundial. [...] A explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico deve ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica. Nas sociedades de classes, portanto, a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais (CARDOSO, 1995, p. 2).

Portanto, a partir dessa discussão apresentada por Florestan, a ideia de dependência não parte apenas da dominação externa, mas da articulação interna da burguesia local. Logo, expõe

a dinâmica das classes e suas frações na realidade brasileira, através de sua cooperação ou lutas sociais para manutenção, extinção ou aperfeiçoamento do regime econômico.

3 Programa bolsa família e suas condicionalidades

No Brasil, há uma desigualdade de classes diante do capitalismo dependente, pois, neste regime econômico, prevalece a disparidade de renda, de acesso à propriedade privada, de bens e serviços, entre as frações da burguesia e o proletariado. Em vista disso, implementaram-se no Brasil programas de renda mínima como estratégia de combate à desigualdade — voltados à população em situação de pobreza e extrema pobreza; naquele momento, a intervenção do Estado e uma renda de subsistência eram fulcrais para o desenvolvimento social e econômico da população (SILVA, 2016). Faz-se a opção por uma ação de cunho focalizado e seletivo.

Os programas de transferência de renda começam a fazer parte da agenda política em 1991, com o projeto de Eduardo Suplicy — senador pelo Partido dos Trabalhadores. O projeto foi apresentado e aprovado, constituindo, atualmente, a Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania e dá outras providências. Tratava-se da criação de uma renda mínima para todo brasileiro, como forma de aplacar a pobreza existente no período (SILVA, 2016).

Em 2003, com a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, houve algumas mudanças significativas. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso tinha como maior objetivo a estabilidade monetária e a diminuição da inflação — o primeiro passo para a estabilidade e recuperação do país. Algumas políticas de transferência de renda foram instituídas em seu mandato, entretanto, eram, em sua maioria, de cunho municipal, e não chegaram a ter abrangência federal.

Deste modo, a estratégia do governo Lula foi integrar os frágeis programas de transferência de renda que se encontravam pulverizados em diferentes estruturas de Ministérios, sem elementos técnicos de acompanhamento das famílias e controle sobre o desligamento de beneficiários.

Assim, em 2003, o Programa Bolsa Família foi lançado, e tinha como maior objetivo a unificação com outros programas existentes, como o Bolsa-escola, Bolsa-alimentação, Vale-Gás e Cartão-alimentação. O programa contemplava famílias com filhos de até 15 anos, com

uma renda *per capita* de até R\$ 50,00³— para famílias consideradas indigentes — e renda *per capita* de até R\$100,00 para famílias pobres (SILVA, 2016).

O programa tem como critérios para a permanência das famílias a frequência escolar das crianças e o acompanhamento médico; a partir desses critérios, o Estado tinha como objetivo uma intersetorialidade entre a educação, a saúde e o programa.

Para Silva (2016, p. 105), “[...] as condicionalidades sociais são consideradas compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias para continuar recebendo o benefício”. Quanto à condicionalidade referente à educação, a família deve garantir que crianças de 6 a 15 anos tenham uma frequência mínima de 85% na escola; já para adolescentes, a frequência é de no mínimo 75%. Em caso de mudança, a rede de ensino deve ser informada imediatamente, para que se evite o bloqueio do benefício.

Na saúde, é obrigatório que crianças, gestantes ou nutrizes tenham um acompanhamento regular com a Unidade de Saúde, constituído por exames de rotina, vacinação e pré-natal. De acordo com o calendário da Unidade de Saúde, deve ser realizado, também, um acompanhamento nutricional com as crianças menores de 6 anos.

Ademais, o programa indica que o beneficiário seja, preferencialmente, a mulher. No início, não havia esta preferência, porém, no decorrer dos anos, percebeu-se que havia homens retirando o benefício para utilizarem de forma negativa, ou seja, sem considerar as necessidades familiares; além disso, o programa também procura promover maior autonomia para as mulheres.

Para os usuários que não cumprirem com as condicionalidades, determina-se que, a princípio, recebam uma advertência e, logo depois, que o benefício seja bloqueado por 30 dias. Como terceiro passo, o benefício é suspenso por 60 dias e a quarta medida seria suspender novamente pelo mesmo período. A última determinação seria o cancelamento do benefício e um acompanhamento socioassistencial. Para Silva (2016, p. 113), este critério foi desenvolvido:

Com finalidade de garantir que as famílias do BF em situação de vulnerabilidade, principalmente aquelas em descumprimento das condicionalidades, sejam acompanhadas nos serviços socioassistenciais, para que seja mantida a possibilidade de proteção de renda por meio da interrupção temporária dos efeitos do descumprimento de condicionalidades.

Nesse contexto, a ideia de condicionalidades foi estabelecida não apenas para fornecer uma renda mínima de subsistência, mas a construção de autonomia dos usuários e, futuramente,

³ Esses valores são referentes ao ano de 2003, considerando que, no decorrer dos anos, o valor se modificou e continua em transição.

uma emancipação acompanhada de uma melhora na qualidade de vida. No entanto, existem várias críticas quanto a isso: uma delas seria o antagonismo da palavra emancipação, quando se pretende alcançar a emancipação e a autonomia (SILVA, 2016).

Segundo Silva (2010), muitos estudos têm procurado dimensionar o impacto do Bolsa Família, evidenciando uma significativa e contínua diminuição da pobreza e da desigualdade no país, desde 2001; todavia, estes resultados não impactam em mudanças na concentração de renda da população, mantendo, assim, a desigualdade entre as classes sociais.

Neste sentido, o PBF possibilitou avanços quanto à redução da extrema pobreza; contudo, ainda mantém a desigualdade presente no país, podendo ser vista como uma estratégia do capitalismo dependente, conforme veremos mais detalhadamente na próxima seção. Observa-se que há mobilidade, porém na mesma classe, de proletários, pois não há ascensão para a classe burguesa a partir de programas de transferência de renda, tornando-se um mecanismo de manutenção e dependência de classes.

Tal fato ocorre devido a aspectos internos e externos. Do ponto de vista da dependência externa, por conta de cobranças por melhorias nos índices sociais, como do próprio Banco Mundial, o Brasil passou a elaborar ações para melhoria dos indicadores de educação, saúde e pobreza, de modo a manter os financiamentos externos. Do ponto de vista de dependência interna, o PBF possibilitou o controle de lutas entre as classes sociais, visto que o Estado, ao oferecer mínimos sociais para a classe vulnerável, mantém o controle das massas que sofrem com a desigualdade e a manutenção do capitalismo dependente.

3 Reflexões sobre o PBF sob a perspectiva do capitalismo dependente

Para compreender como o capitalismo dependente traz implicações internas para os programas de transferência de renda no país, mantendo a dependência de classes subalternas, é preciso também compreender que " [...] é preciso estudar as sociedades nacionais que vivem sob a égide desse capitalismo" (FERNANDES, 2008, p. 28). Logo, um atraso expressivo marcado pelos avanços tecnológicos baseado na ciência separa os "povos adiantados" e os "povos atrasados".

Na América Latina, Florestan Fernandes chama de "círculo vicioso" o enfrentamento da sociedade de classes, no funcionamento, crescimento e desenvolvimento do capitalismo dependente. Este panorama implica em um desenvolvimento social, cultural e econômico, promovido tanto por ações externas quanto tem relações com a transição do neocolonialismo

interno, onde ocorrem transformações profundas que foram inquestionáveis, por meio da revolução comercial e industrial.

Segundo o autor, para promover uma mudança na estrutura da sociedade brasileira, é preciso uma transformação interna, em que se encontram as políticas sociais e econômicas nacionais, pois “[...] é a destruição de condições econômicas e políticas que impediram a América Latina de fazer autênticas revoluções nacionais do capitalismo” (FERNANDES, 2008, p. 156). Ademais, os modelos organizatórios da vida econômica, cultural e social foram trazidos de fora, regidos nos padrões da ordem social global. Nesse molde, o Brasil é colocado em uma posição periférica, “dependente e especializada no mercado internacional” (FERNANDES, 2008, p. 141).

Nesse sentido, é preciso lembrar que o modelo dependente posto ao Brasil foi influenciado diretamente pela política externa, por herança cultural, nos processos de transformação dessa civilização, sendo que a economia está na base dessa herança cultural transplantada.

Como possível evidência dessa influência externa no Brasil — que implica internamente nas relações de classe interna — podemos citar o Programa Bolsa Família, que visa atender interesses tanto externos quanto internos, para manutenção das relações de classes. Do ponto de vista externo, podemos destacar o papel fundamental que instituições como o Banco Central tem no Brasil, pois é uma agência financiadora importante do setor público, desde o processo de industrialização e desenvolvimentismo brasileiro:

Em relação ao setor público brasileiro, o Banco atua como agência financiadora de projetos para a área de infraestrutura econômica desde o final da década de 40, sendo que seus créditos representam pouco mais que 10% da dívida externa do país. A importância central do Banco ampliou-se, a partir dos anos 70, quando passou a constituir uma das mais relevantes fontes de financiamento para o setor social, senão a maior delas. O deslocamento para o lado social foi determinante para que o Banco suplantasse, na qualidade de articulador político entre os países, o prestígio de outras agências internacionais (como aquelas ligadas à ONU), as quais detiveram grande poder no diálogo mundial até os anos 70. Para a efetivação do novo papel, o Banco atua junto com o FMI na condução dos ajustes estruturais para a reforma dos Estados-membros rumo ao globalismo econômico. Registre-se, ainda, o seu desempenho como articulador da relação econômica entre os países do terceiro mundo, inclusive no que tange à negociação da dívida externa e à abertura comercial exigida no processo de globalização (FONSECA, 1998, p. 1).

A partir dos anos de 1970, o Banco Mundial passou a ser uma referência no financiamento de projetos sociais, de modo a aprimorar o progresso e desenvolvimento em países ditos “subdesenvolvidos”. Em vista disso, passam a financiar países como o Brasil, mas

com a condição de apresentar melhores indicadores sociais, para manter um aparente processo de desenvolvimento com justiça social, bem como ampliar e manter a dependência externa.

Inicialmente, os indicadores sociais utilizados pelo Banco Mundial se pautavam em critérios absolutos de pobreza, voltados apenas para aspectos vinculados à capacidade de renda e subsistência da população. No entanto, “[...] a concepção da subsistência nasce de pesquisas de nutricionistas ingleses que mostraram como a renda dos pobres não era suficiente para manutenção de seu rendimento físico no trabalho. Atualmente essa concepção é entendida como pobreza absoluta.” (SILVA; BRUNO; SILVA, 2020, p. 142).

Diante da necessidade de melhoria dos índices de pobreza, no Brasil, adotou-se, ao longo dos anos, a análise de pobreza unidimensional, baseada apenas em critérios de renda e uma linha absoluta de pobreza; estabeleceu-se, assim, uma linha monetária de R\$ 70,00 para a extrema pobreza e R\$ 140,00 para pobreza. Tais parâmetros foram utilizados nos programas de transferência de renda criados a partir da década de 1990, no contexto neoliberal⁴ (SILVA; BRUNO; SILVA, 2020).

Ao longo dos anos 2000, tais ações resultaram em indicadores sociais de renda melhores no Brasil:

Muitos estudos têm procurado dimensionar o impacto do Bolsa Família, evidenciando uma significativa e contínua diminuição da pobreza e da desigualdade no país desde 2001. Barros *et al.* (2007a) apontam que o Índice de Gini, uma das medidas da desigualdade mais usadas no mundo, registrou declínio de 4,6% no Brasil, passando de 0.594 em 2001 para 0.566 em 2005. Esse foi o maior declínio da desigualdade nos últimos 30 anos (SILVA, 2010, p. 159)

Deste modo, é possível perceber mudanças internas no país, com vistas a melhorar os índices, bem como a manutenção de financiamentos externos e uma boa imagem internacional; todavia, apesar das mudanças na renda da população, não houve mobilidade de classes ou redução do antagonismo existente, mas, sim, uma divisão de frações — ou seja, a fragmentação da classe operária em estamentos de extrema pobreza, pobreza etc. Este fato desmobiliza a classe trabalhadora e amplia, ainda mais, sua condição de dependência no sistema capitalista, além de potencializar a concentração de renda da classe burguesa — o que pode ser comprovado com a análise das taxas de concentração de renda, a partir do índice Gini:

⁴No Brasil, é no cenário dos anos de 1990, no Governo Collor, é que emergem os sinais das mudanças de implementação do neoliberalismo, como um aceno ao Consenso de Washington. Nesse sentido, as mudanças econômicas e sociais ocorridas no país neste contexto se dão, essencialmente, pela globalização e o neoliberalismo, que terá rebatimento direto formas de organização do Estado, assim como na organização das relações de trabalho (NUNES, 2016).

[...] apesar desse declínio, a renda do trabalho continuou muito concentrada. Em 2006, os 10% da população inserida no mercado de trabalho, de renda mais baixa, detinham somente 1% do total da renda. Ao mesmo tempo, os 10% dos trabalhadores com renda mais alta detinham 44,4% da renda total do trabalho. Isso significa que, mesmo com declínio nos índices de desigualdade e pobreza, o Brasil ainda se situa numa posição internacional negativa, abaixo dos 5% mais desiguais num ranking de 74 países, sendo preciso mais 20 anos para alcançar posição similar se comparado à média dos países com maior ou menor nível de desigualdade (SILVA, 2010, p. 160).

Frequentemente, os indicadores sociais apontam mudanças, com o intuito de mostrar uma redução da pobreza e justificar o financiamento externo; entretanto, esses indicadores nem sempre apresentam uma mobilidade de classes, mas uma manutenção da dependência e do *status quo*.

Diante de avanços nos estudos de pobreza, nos anos 2000, para além apenas de critérios absolutos de pobreza, apenas pautados em indicadores de renda, o Banco Mundial avança na temática e desenvolve um painel de indicadores de pobreza crônica multidimensional. Essa metodologia detalhada considera aspectos além da renda, produzindo o índice de pobreza crônica multidimensional, que engloba três ou mais privações em cada uma das dimensões sociais: “frequência escolar, escolaridade, saneamento, água segura, eletricidade, moradia e bens duráveis. São dimensões consideradas sensíveis na transição e vulnerabilidade em relação à pobreza.” (CAMPELLO; GENTILLI, RODRIGUES; HOEWELL, 2018, p. 57)

Nesta perspectiva, a pobreza passa a ser analisada a partir de um olhar multidimensional, para além apenas da discussão de renda, considerando aspectos sociais, culturais e econômicos.

O conceito de pobreza multidimensional tem origem nos estudos de Amartya Sen quanto à insuficiência da dimensão puramente financeira (fluxos de renda) para captar todas as privações. Vários autores defendem que essa abordagem pode concernir a diversos elementos que vão além da carência econômica, tais como saúde, educação, habitação, participação política, igualdade entre os sexos etc. (CODES, 2008 apud SILVA; BRUNO; SILVA, 2020, p. 143).

Tal mudança nos parâmetros do Banco Mundial resvalou diretamente nas requisições desta instituição aos países subdesenvolvidos como o Brasil, que tiveram que repensar suas políticas e programas sociais para além de apenas indicadores de renda, de modo a manter seus financiamentos externos. Uma evidência dessa influência direta no Brasil foram as mudanças ocorridas com os programas de transferência de renda, durante o governo Lula — centralizados no Programa Bolsa Família, em 2003. No PBF, ampliaram-se as condicionalidades de recebimento do benefício; assim, para a permanência das famílias no programa, é preciso cumprir com a frequência escolar das crianças e o acompanhamento médico, como vimos na seção anterior.

Nota-se que as mudanças nos critérios no PBF atendem às demandas apresentadas pelo Banco Mundial, como melhorias nos indicadores de saúde e educação nos países em subdesenvolvimento, para mascarar a dependência externa e manter a dependência externa de classes no Brasil, pois os valores de repasses do programa dificilmente garantem autonomia à família, bem como os indicadores/condicionalidades de saúde e educação que, frequentemente, apresentam apenas dados quantitativos e não qualitativos.

O Brasil passa a apresentar dados como o aumento da frequência escolar, redução da evasão, melhoria nos dados de saneamento, vacinação e acompanhamento de gestantes e crianças; contudo, os dados não apresentam aspectos sobre a qualidade dos serviços prestados, nem a possibilidade de superação da situação de vulnerabilidade e a mobilidade da classe dominada.

Tais dados reforçam a fragmentação da classe trabalhadora e a manutenção da ordem vigente de dependência no capitalismo brasileiro, uma vez que tais medidas não foram capazes de alterar os elementos estruturais de desigualdades e concentração de renda do país. Destarte, apesar de aspectos positivos do programa como melhorias nas condições de vida, prevaleceu, ainda, uma política de cunho de dependência.

Portanto, o PBF e suas condicionalidades vem ao encontro de interesses apresentados internamente para manutenção da ordem vigente capitalista — o que não possibilita a mobilidade de classes, mas a fragmentação delas. Ademais, atende os interesses externos de instituições como o Banco Mundial, que financiam países subdesenvolvidos com o discurso da possibilidade de desenvolvimento e justiça social, porém apenas mascara a manutenção da dependência desses países. Dessa maneira, reforça-se o que Florestan chama de “círculo vicioso” da sociedade de classes, no funcionamento, crescimento e desenvolvimento no capitalismo dependente.

4 Considerações finais

Neste estudo, apresentamos algumas reflexões a respeito do Programa Bolsa Família, sob a perspectiva do capitalismo dependente, desenvolvido por Florestan Fernandes. Trata-se de aproximações iniciais, que visam ampliar o debate e instigar mais pesquisas sobre essa relação de classes presente no capitalismo dependente — que se reforça e mantém com programas como o PBF.

Apesar dos avanços inegáveis do programa, com relação ao acesso à saúde, educação e renda, ainda existem lacunas e desafios a serem superados, como a real busca da autonomia das

famílias, a qualidade nos serviços prestados e a ampliação das políticas sociais, na perspectiva da garantia de direitos e não apenas com o foco no atendimento.

Identificou-se, também, que programas e políticas sociais no Brasil atendem a demandas externas, como, por exemplo, às exigências do Banco Mundial; ademais, atendem interesses internos da classe dominante, quanto ao controle e à manutenção da dependência existente.

Evidencia-se, portanto, a partir das reflexões apresentadas por Fernandes (2008, 2009), que as relações de dependência interna no capitalismo brasileiro se reforçam e podem ser visualizadas a partir do desenvolvimento de programas de transferência de renda no Brasil, como o PBF. No entanto, esta discussão não se esgota com término deste artigo, mas se abrem novas possibilidades de estudos para aprofundamento da temática em questão.

Referências

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.**, São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica; HOEWELL, Gabriel Rizzo. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 54-66, nov. 2018. Edição especial.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. **Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes**. 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan./jun.1998.

NUNES, Wellington. Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 59, p. 67-89, set. 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família: verso e reverso**. Campinas: Papel Social, 2016.

SILVA, José Jaime; BRUNO, Miguel Antônio Pinho; SILVA, Denise Britz do Nascimento. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 138-160, jan./mar. 2020.